

LUTERO E A REFORMA: REFLEXÕES SOBRE A CRÍTICA AO SISTEMA FINANCEIRO E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DAS IGREJAS LOCAIS

LUTHER AND THE REFORMATION: REFLECTIONS ON THE CRITICISM TO THE FINANCIAL SYSTEM AND ECONOMIC ORGANIZATION OF LOCAL CHURCHES

Pedro Jônatas da Silva Chaves¹

Resumo: As comemorações em torno dos 500 anos da Reforma devem proporcionar uma reflexão sobre o papel das instituições religiosas nos diversos contextos sociais, bem como ensaiar um balanço em torno dos principais legados dos textos reformadores e suas reminiscências, ou não, nas atuais estruturas eclesiais que se representam como herdeiras da “Reforma”. Diante disso, o objetivo deste texto é apresentar a reflexão de Lutero acerca do modo como a Igreja local deve tratar as questões econômicas situando suas implicações para o enriquecimento da sua liderança. O texto foi elaborado numa pesquisa de caráter qualitativa, de natureza básica, adotando o procedimento de investigação bibliográfico. Os resultados apontam que o reformador vai evidenciar que a sociedade, baseada no novo sistema econômico que surgia, transforma um ato de ganância em prática de caridade. Mesmo assim, Lutero insistiu que as Igrejas locais não devem impor valores fixos para os fiéis, pois estes possuem a liberdade de doarem conforme suas possibilidades. As Igrejas devem preocupar-se com cumprir os mandamentos de Deus, as questões econômicas devem ser utilizadas para a manutenção da Igreja local e sustento dos necessitados, nunca enriquecimento dos líderes. Assim, mediante sua influência, são criadas as caixas comunitárias, responsáveis pelo pagamento da manutenção do pastor até as necessidades dos miseráveis. Constatou-se que, por envolver interesses de gente poderosa, as propostas de Lutero sofreram grandes resistências, desde líderes religiosos até líderes políticos e

Artigo submetido em 08/10/2017. Aprovado em 01/11/2017.

¹ Especialista em nível de pós-graduação em Metodologia do Ensino Religioso pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurios (FAK). Bacharel em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas (FBN) e licenciado em Pedagogia pela Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED). Atualmente é licenciando em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Sociologia pela Universidade Paulista (UNIP). Professor efetivo do Ensino Fundamental II (anos finais do Ensino Fundamental) na Prefeitura Municipal de Itapipoca (PMI) e Prefeitura Municipal de Uruburetama (PMU). Também exerce a função de professor colaborador dos cursos de formação de professores em nível de graduação e pós-graduação *lato sensu* do Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú (IVA). E-mail: pedrojonatas_sc@hotmail.com

econômicos, embora seus ideais continuam vivos para todos que se consideram herdeiros da Reforma Protestante alemã.

Palavras-chave: Reforma; Lutero; economia; Igreja Local.

Abstract: The celebrations around the 500th anniversary of the Reformation should provide a reflection on the role of religious institutions in different social contexts, as well as rehearse the main legacies of the reformist texts and their reminiscences, or not, in the current ecclesial structures they represent as heirs of the "Reformation." The purpose of this text is to present Luther's reflection on how the local Church should deal with economic issues by placing its implications for the enrichment of its leadership. The text was elaborated in a research of qualitative character, of basic nature, adopting the procedure of bibliographic investigation. The results indicate that the reformer will show that society, based on the new economic system that emerges, transforms an act of greed into a practice of charity. Even so, Luther insisted that local Churches should not impose fixed values for the faithful, since they have the freedom to give according to their possibilities. Churches should be concerned with fulfilling God's commandments, economic issues should be used for the maintenance of the local Church and sustenance of the needy, never enriching the leaders. Thus, through their influence, the community funds are created, responsible for the payment of the maintenance of the pastor to the needs of the poor. Luther's proposals have been greatly resisted by religious, political and economic leaders, but their ideals remain alive for all who consider themselves to be heirs to the German Protestant Reformation.

Keywords: Reform; Luther; economy; Local Church.

Introdução

A Reforma Protestante foi impulsionada, entre outros elementos, por questionamentos em torno da estrutura social de privilégios e hegemonia da Igreja de Roma, questionando tal hegemonia, o que a levava a causar fissuras na própria estrutura social que a sustentava e que por ela era sustentada. Dessa forma, as comemorações em torno dos 500 anos da Reforma devem proporcionar uma reflexão sobre o papel das instituições religiosas nos diversos contextos sociais, bem como ensaiar um balanço em torno dos principais legados dos textos reformadores e suas reminiscências, ou não, nas atuais estruturas eclesiais que se representam como herdeiras da "Reforma".

Nessa dinâmica, reconhecendo as particularidades dos contextos sociais, o de 500 anos atrás e o nosso, convém compreender que orientações ainda guardam pertinência e eco nas atuais denominações religiosas protestantes, em especial naquelas que se dizem como fiéis representantes do "protestantismo".

Contemporaneamente, um fenômeno digno de ser analisado, em especial em espaços religiosos, é a figura de um líder, carismático ou não, que preside uma denominação religiosa por uma “rede” de Igrejas. Figurando no interior de suas denominações como “líderes”, chegam a fazer as vezes de um “chefe”, saltando de uma posição “carismática”, por assim dizer, caucionada por sua demonstração de fidelidade à mensagem evangélica ou mesmo a uma “predestinação divina” que o capacitou para o conduzir seu “rebanho”, para uma posição de governo, chefia, ou mesmo de um “homem de negócios”. São homens de negócio, acima de tudo. E um negócio responsável por transformar suas Igrejas em instituições com traços que em nada parecem diferir de outras instituições ocupadas com os negócios “humanos”. Na maior parte dos casos, esses líderes comandam, de forma centralizada, uma poderosa rede institucional, uma organização no melhor sentido do termo, transformando-se, antes de tudo, em “gestores” de um empreendimento, em vez de “pastores” ou “guias de almas”, reproduzindo, ao que parece, a mesma estrutura que, nos seus primórdios, o movimento da Reforma havia levantado para denunciar: uma estrutura burocratizada marcada principalmente por uma relação verticalizada e poder centralizador.

Na obra *Economia e Sociedade* (2012), Max Weber, importante pesquisador tanto de questões mais gerais acerca da religião como um profundo conhecedor da “ética” que mobilizou o surgimento e a consolidação de um “novo mundo” criado pelos valores protestantes, definiu como “dominação” a probabilidade de, nas relações sociais, alguns indivíduos, os dominantes, encontrarem pronta obediência às ordens específicas que enuncia, dentro de um determinado grupo de pessoas, os dominados. Esta dominação pode legitimar-se por diversos meios, dos quais destacou a tradição, o carisma e a estrutura burocrática, mas destaca que, sob qualquer forma que se legitime, a dominação aparece sempre como garantidora do interesse mútuo, de dominantes e dominados.

Destaco, de acordo com Weber, que diferentemente da dominação tradicional, que é caracterizada por uma racionalidade no sentido da existência de regras analisáveis e por uma obediência em virtude da tradição que se julga existir desde sempre, a dominação carismática é identificada por sua irracionalidade no sentido de não conhecer regras e por atribuir autoridade a partir do reconhecimento de virtudes sobre-humanas do líder. Na dominação carismática a confiança no líder surge em virtude de provas que satisfaça as necessidades e esperança dos liderados. Ou seja, a dominação carismática representa uma relação social estritamente pessoal marcada por uma obediência a uma pessoa por suas qualidades

personais. Além disso, motivados pela busca de felicidades aqui e agora, muitos fiéis buscam Igrejas que tratam Deus como alguém que está a serviço dos homens para realizar todo e qualquer desejo. Os líderes dessas Igrejas apresentam Deus como uma espécie de gênio da lâmpada.

As revistas especializadas registram muitos desses líderes como homens milionários — um exemplo disso foi a matéria da Revista Forbes em 2013 intitulada *The Richest Pastors In Brazil*. Visto que todas as denominações evangélicas entram num consenso quando estabelecem o marco inicial da Igreja no acontecimento registrado no livro bíblico de Atos dos Apóstolos, no capítulo 2 — relato da descida do Espírito Santo sobre a Igreja, e que muitas dessas Igrejas concordam que um dos marcos fundamentais para as suas histórias foi a Reforma Protestante, surge a dúvida sobre o que distingue, do ponto de vista econômico, a visão de Lutero sobre as riquezas da Igreja local e, conseqüentemente, a riqueza dos líderes das congregações de sua época. Diante disso, o objetivo deste texto é apresentar a reflexão de Lutero acerca do modo como a Igreja local deve tratar as questões econômicas situando suas implicações para o enriquecimento da sua liderança. O texto foi elaborado numa pesquisa de caráter qualitativa, de natureza básica, adotando o procedimento de investigação bibliográfico.

Esta abordagem também deixa o objeto de pesquisa aberto para novas formas de compreendê-lo, pois o objetivo não é produzir um arsenal de informações, embora tenha-se o propósito de produzir outras reflexões acerca da problemática. Isso devido ao fato de que será levado em consideração o universo de significados do objeto que será analisado de modo prévio, visando a não cair no erro de reduzir algo que é variável. Percebendo que não pretende ser uma pesquisa que esgota o tema, muitos outros pesquisadores podem ser despertados para produzirem trabalhos complementares e até mais aprofundados do que este.

1. Martinho Lutero: seu contexto e sua teologia

Apesar de a Alemanha ter desenvolvido consideravelmente sua economia antes da Reforma, no século XVI sua produção comercial ainda não havia seguido o desenvolvimento dos países vizinhos, principalmente porque estes haviam conseguido diversas fontes de matéria-prima nas terras recentemente descobertas — Inglaterra nos Estados Unidos, Portugal no Brasil etc. Isso deu início a uma era de predomínio do comércio mercantilista,

caracterizado pela busca de lucros e pela luta em torno da eliminação de fronteiras comerciais. Pode-se dizer que o mercantilismo foi uma prática econômica que deu início ao sistema capitalista, por isso, é considerada pré-capitalista. É preciso destacar que nesse período os Estados começam a se organizar em bases nacionais, surgindo o conceito de “estado-nação”.

A Igreja Católica, até mesmo durante a Idade Média, sempre empreendeu esforços consideráveis a favor dos mais pobres, através principalmente das diversas caixas comunitárias localizadas nas cidades. Ao doar, o objetivo do doador era alcançar a salvação da sua alma. Mas, no século XV e XVI, a opressão exercida pela Igreja Católica, por intermédios da aristocracia formada por bispos, arcebispos e abades sobre os pobres, crescia a cada ano. Valiam-se de toda artimanha para arrancar cada centavo dos seus súditos, tais como cobrança por contato com relíquias milagrosas e a venda de indulgências. Campos (2002, p. 17) acrescenta que “a falsificação de documentos, ao lado de impostos e dízimos, era um meio favoritos para suas exortações e acumulação de dinheiro”. O fiel percebia que tinha a obrigação de fazer tudo que a Igreja ordenasse, visto que a comunhão com Deus estava na dependência da intercessão de um sacerdote. Bittencourt Filho (2003) descreve um pouco a visão popular europeia quanto às divindades:

Para as massas, quando os santos cristãos (tidos na conta de semideuses) estivessem insatisfeitos por algum motivo, podiam castigar os humanos, enviando doenças e pragas. Ao mesmo tempo, quando estivessem benévolos, podiam prover a cura e o livramento.

(BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 47)

Nessa época de crise financeira, os camponeses tinham um papel fundamental no sustento da sociedade alemã. Simon (19--?, p. 21) afirma que “no início do século XVI, cerca de 80% dos europeus estavam ainda lavrando o solo”. Além de ter que alimentar a família, os camponeses tinham por obrigação de dar um décimo de tudo que produzia para a Igreja Católica. Ainda, duas vezes por ano uma porcentagem fixa de tudo o que produziu com a renda da terra para o senhor feudal e ainda serviços que duravam dias, tais como recolher palha, frutas, ajudar na caça e cortar lenha para o mesmo. Diante de qualquer tentativa de reação contra ações do senhor, os camponeses eram presos, torturados e muitas vezes mortos. Conforme Campos (2002, p. 18),

Não há capítulo no código penal do imperador Carlos V (1519-1556) que não trate de “cortes de orelhas”, “de ablação de narizes”, “de vazamento de olhos”, “de decepção de dedos e mãos”, “de decapitação”, “de suplício da roda”, “da fogueira”, “de atenzamento”, “de esquartejamento”, etc., que os senhores protetores aplicavam em seus camponeses.

(CAMPOS, 2002, p. 18)

Toda essa força com o qual os camponeses eram tratados inibia qualquer reação. Para muitos deles, a saída daquela situação a cada ano tornava-se uma utopia e a única coisa que restava era a sujeição. Muitas críticas eram feitas ao clero por conta disso, mas por parte da Igreja Católica era inadmissível ser corrigida por alguém ou poder fora de Roma, uma vez que vários teólogos já haviam realizado críticas e apresentado propostas reformistas, tais como John Wycliffe (1328–1384), John Hus (1373–1415), Savonarola (1452–1498), Jacques Léfèvre (1455–1536) e Desidério Erasmo (1466–1536).

Na véspera de 11 de novembro de 1843, dia de S. Martinho, padroeiro da bebida e da alegria, nasceu o segundo filho de Hans e Margaret Lutero na cidade mineira de Eisleben, na Saxônia. Em homenagem ao santo padroeiro da festa, deram ao menino o nome de Martinho. Ele nasceu em uma época em que a Europa surgia da Idade Média para o Renascimento, onde, através das universidades que se espalhavam e a imprensa que fora inventada, parte da população havia tornado-se um pouco mais instruída.

Longe de tentar fundar uma nova denominação, Lutero faz fortes ataques à estrutura burocrática da Igreja, apoiado principalmente pela população explorada, pois acreditavam que, atacando a Igreja, automaticamente estariam atacando o feudalismo (CAMPOS, 2002). Entretanto, os nobres, burgueses e príncipes que apoiaram Lutero, estavam interessados nas riquezas do clero para elevarem-se politicamente. Assim, Lutero recebia apoio tanto de senhores como de servos.

O marco inicial da Reforma foi o dia 31 de outubro de 1517, quando Lutero resumiu suas ideias em 95 teses — questões para debater — e fixou na porta da Igreja do Castelo de Frederico, o Sábio, em Wittenberg. Em duas teses, ele questiona por que o Papa não esvazia o purgatório apenas por um ato de amor e por que não constrói a Basílica de São Pedro com seu próprio dinheiro, já que é um homem rico. Mas ele vai identificar que essas indagações não são esclarecidas por conta da autoridade papal. Como identifica Olson (2001, p. 287), “Lutero não era o único oponente aos métodos grosseiros de levantar fundos para a nova

catedral do papa em Roma, mas foi o único que escreveu noventa e cinco teses para o debate”.

Apesar do marco inicial da Reforma ter sido a publicação das 95 teses, a divisão entre a Igreja de Roma e os luteranos começou apenas em 1520, com a publicação de três tempestuosos textos: *Discurso à Nobreza Cristã da Nação Alemã* (agosto); *O Cativo Babilônico da Igreja* (outubro); e *Tratado da Liberdade Cristã* (novembro). O termo “protestante” só veio ser cunhado em 1529, em Speier, quando os príncipes seguidores de Lutero protestavam contra a revogação da Dieta de Speier, em 1526, que dava liberdade para que cada estado professasse sua fé. Assim, o movimento de Lutero passa a ser uma Igreja distinta da Igreja de Roma.

Desde cedo, as pessoas que aderiam ao movimento do Lutero passam a se chamar luteranas, o que desagradou profundamente o reformador:

A primeira coisa que peço é que as pessoas não façam uso de meu nome e não se chamem luteranas, mas cristãs. Que é Lutero? O ensino não é meu. Nem fui crucificado por ninguém. [...] Como eu, miserável saco fétido de larvas que sou, cheguei ao ponto em que as pessoas chamam os filhos de Cristo por meu perverso nome?

(LUTERO apud GEORGE, 1993, p. 55)

Lutero, além de lutar pela livre leitura e interpretação bíblica, como também, a eliminação de sacramentos estabelecidos sem base bíblica, voltando apenas a ser o batismo e a eucaristia — ceia do Senhor —, tinha como centro de sua teologia a salvação como dom gratuito, fruto da misericórdia de Deus, para o qual o homem nada poderia fazer. Como afirma Olson (2001),

Embora, teoricamente, a teologia oficial da Igreja Católica Romana fosse solidamente antipelagiana, e até mesmo anti-semipelagiana, e embora alguns de seus principais pensadores defendessem o monergismo agostiniano, a teologia popular da igreja tinha caído em um sinergismo não evangélico capaz de fazer Agostinho e Aquino revirarem em seus túmulos. No mínimo, os líderes da Igreja Católica Romana e até alguns de seus principais teólogos davam a entender que a graça era uma simples mercadoria que podia ser conquistada ou mesmo comprada. O mérito havia se tornado a palavra-chave da soteriologia católica

(OLSON, 2001, p. 182)

O que fica evidente é que o trabalho de Lutero consiste em uma redescoberta — ou resgate — do evangelho da graça mediante a fé, tendo como fonte principalmente as epístolas de São Paulo e a teologia de Santo Agostinho. É possível constatar também que a salvação para a teologia católica consiste eminentemente na união entre fé e obras de caridade, no sentido de ações. A definição de obras de caridade era ampla: peregrinações, esmolas, penitência, sacramentos, orações, jejuns, meditações e, até mesmo, compra de indulgências. Nesse sentido, a salvação é alcançada pelo esforço humano em cooperação com a graça de Deus.

Assim, Lutero definiu a soteriologia católica da época como “teologia da glória”, que “sugere que os seres humanos podem se elevar a Deus por seus próprios esforços e conduz a projetos humanos de salvação própria e de especulação teológica” (OLSON, 2001, p. 392). Em contraposição, Lutero apresenta sua “teologia da cruz”, que “revela a verdadeira condição dos seres humanos, como pecadores desamparados, alienados de Deus, na mente e no coração, necessitando desesperadamente do plano de salvação criado por Deus: a cruz de Cristo” (OLSON, 2001, p. 392).

Apesar de não pretender ser um sistematizador teológico, Lutero produziu muitos textos de orientação, em forma de prédicas, principalmente em torno de comentários bíblicos. Então, sem a pretensão de esgotá-lo, serão apresentadas, a seguir, suas contribuições acerca da maneira como a Igreja local deveria agir em relação aos bens e ao dinheiro. Duas coisas precisam ser observadas: primeiro, é preciso destacar que Lutero fala como teólogo e professor de Bíblia; e, segundo, conforme afirma Campos (2002, p. 14),

A Reforma Protestante não foi apenas um movimento religioso; foi também um conflito de poderes e de interesses dos diversos sujeitos sociais da época. Isso foi assim porque as condições sociais da época se configuravam de acordo com as transformações culturais em andamento, lamentavelmente contra os mais fracos.

(CAMPOS, 2002, p. 14)

2. Martinho Lutero e sua crítica ao sistema financeiro de sua época

O primeiro texto de Lutero analisado chama-se *Comércio e Usura*, publicado provavelmente em 1524, embora frações do texto tenham sido publicadas em anos anteriores. Na primeira parte do texto, onde faz severas críticas ao emergente comércio no

formato conhecido hoje como pré-capitalista, descreve a grande ambição dos comerciantes em aumentar suas margens de lucro, que envolvia a preferência por negócios a prazo, monopólio, formação de cartéis, preços elevados etc. Como Lutero denuncia:

Os comerciantes têm uma regra comum entre si, que é seu lema principal e fundamento de todo o negócio; eles dizem: “Posso vender minha mercadoria tão caro quanto puder”. Acham que este é um direito deles. Ai se dá espaço à ganância e se abrem todas as portas e janelas para o inferno. Que é isso senão dizer: Eu não me preocupo com o próximo?

(LUTERO, 1995b, p. 378)

Mas é na segunda parte do texto — *Sobre a Usura* — que Lutero vai abordar a inversão de valores que surgia em seus dias. Trata-se da mudança de paradigma que estabelecia a usura como uma prática de caridade ao próximo, contrariando totalmente a concepção da Igreja Católica, que estabelecia a prática da usura como pecado. Como Lutero identificaria, a usura “se sofisticou a tal ponto que já não pretende mais ser vício, pecado ou vergonha; ao contrário, já se deixa exaltar como pura virtude e honra, como se prestasse grande amor e serviço cristão para outras pessoas” (LUTERO, 1995a, p. 447). Ou seja, havia uma inversão de valores no sentido que a usura deixa de ser uma vergonha e passa a ser algo louvado. Como registra o professor Jung Mo Sung (2016),

Essa inversão percebida e criticada por Lutero no século XVI vai ser sistematizada e legitimada teoricamente de forma mais completa por Adam Smith, no seu clássico livro *A riqueza das nações*, por meio do seu conceito de “mão invisível” do mercado. Segundo esse paradigma, o bem comum econômico e social da coletividade não é alcançado pelas ações coletivas de solidariedade ou de ações baseadas nos princípios morais, mas sim pela busca do interesse próprio no mercado. A busca de mais lucro de cada empresário em concorrência no mercado livre – sem interferência e regulação por parte do Estado ou da sociedade – produziria o melhor resultado econômico possível em termos de bem comum. Em outras palavras, o bem comum seria alcançado pelo egoísmo no mercado

(SUNG, 2016, p. 29)

O empréstimo não é condenado por Lutero, mas sua denúncia recai sobre a prática do empréstimo que exigia pagamento de uma quantia bem maior que o emprestado, ou seja, usura. O que o reformador condena é a ação pela qual emprestar dinheiro tornava “a outra pessoa comprometida a devolver na ocasião apazada importância ou bem igual àquele que eu lhe emprestei” (LUTERO, 1995a, p. 448). Lutero ainda explica que, no caso de o tomador

de empréstimo não cumprir com o acordo, principalmente no sentido de devolver a quantia no prazo estabelecido, este ficará responsável por arcar com todo o prejuízo causado (LUTERO, 1995a, p. 454). A ideia básica é que “não deverão ser contabilizados como danos antes de ocorrerem e serem comprovados. Onde eles são exigidos e tomados sem essas condições, deve-se saber que isso é usura e contrário ao direito” (LUTERO, 1995a, p. 458).

Há três maneiras de lidar com um bem temporal. Acerca disso já falamos seguidamente, e questão está claramente definida em Mateus [5.42] e Lucas [6.30]. Em primeiro lugar, dêem de bom grado. *Omni pelenti te trihue* – “Dê a todo aquele que lhe pede!” Naturalmente, quem dá, não pratica a usura com isso, pois ele o dá de graça e nada deseja em troca. Por isso não pode haver usura entre cristãos. Em segundo lugar, devem de bom grado dar empréstimos ou estar dispostos a emprestar. Cristo fala a respeito disso em Lucas 6.34: “Se vocês emprestam, etc. Emprestem sem almejar ou esperar qualquer coisa em troca!” Quem empresta dessa maneira, com toda certeza também não praticará a usura. Em terceiro lugar, um cristão deve deixar que lhe tomem bens, dando a capa junto com a túnica. Mateus 5.40. Nisso inclui, como explica suas próprias palavras, sofrer toda sorte de injustiça e violência. Ele diz: “Se alguém obrigar a você andar uma milha, vá com ele duas! Façam o bem aos que os perseguirem e odiarem!” [Mt 5.41,44] Quem, pois, cumprir isso e o praticar, como pode praticar usura? Não pratica a usura com pessoas; mas pratica uma maravilhosa usura com Deus

(LUTERO, 1995a, p. 471)

Ao dispensar toda sua crítica a prática de juros abusivos, Lutero aponta a cobrança de taxas de 7, 8, 9 e 10% como exageradas, chamando tal prática de opressão sobre os pobres usuários. Entretanto, os defensores da usura afirmavam: “as igrejas e o clero também fazem isso e sempre o fizeram, porque esse dinheiro é usado a serviço de Deus” (LUTERO, 1995d, p. 425). A isso, Lutero responderia:

Que tipo de “serviço a Deus” praticas? Servir a Deus significa cumprir seu mandamento, não roubar nem tirar nada de ninguém, não lograr a ninguém, e as coisas semelhantes, mas dar e emprestar ao necessitado. Tu, porém, queres arrasar esse genuíno serviço a Deus, para depois construir igrejas, doar altares, encomendar missas rezadas e contadas, coisas que Deus não te ordenou. Dessa maneira arrasas o verdadeiro serviço a Deus com teu serviço a Deus. Acabas com o serviço a Deus que ele ordenou, e depois vens com o serviço a Deus que tu mesmo escolheste. Como já disse acima: ainda que todo o mundo cobrasse 10%, as instituições eclesiais deveriam ater-se rigorosamente à lei e – com temor – cobrar 4 ou 5%. Pois elas devem brilhar e dar um bom exemplo às instituições seculares

(LUTERO, 1995a, p. 425)

A compreensão de Lutero é que, diferentemente dos contratos financeiros que estabeleciam quantias determinadas e fixas, sem considerar como será o rendimento de cada ano, o dízimo — décima parte do que é produzido, sendo o melhor de todos os juros, consiste em quantia proporcional e não pré-determinada. No caso de alguém questionar sobre como a Igreja local poderia crescer sem o acúmulo de dinheiro, o reformador responde:

Se, todavia, existir o temor de que as igrejas e fundações poderiam regredir caso se quisesse incrementar esta minha ideia, respondo: É melhor transformar dez fundações em uma que corresponde à vontade de Deus do que manter muitas que contrariam o mandamento de Deus. De que te serve o serviço de Deus quando sabes que é contrário a Deus, a seu mandamento e serviço? Não podes servir a um mesmo Deus com dois serviços contraditórios, como também não podes servir a dois senhores

(LUTERO, 1995a, p. 426)

Quando a Igreja local prioriza a cobrança de um valor fixo de dízimo em detrimento do recebimento de doações voluntárias dos fiéis em agradecimento às provisões divinas recebidas, acaba por priorizar o dinheiro e negar a liberdade individual dos membros. Não adiante a existência de muitas Igrejas que não correspondem a vontade de Deus. Esse tipo de Igreja não faz falta. A verdadeira Igreja é aquela que cumpre os mandamentos de Deus, e como representante de Cristo na terra, deveria ser exemplo para todas as instituições seculares ao cobrar apenas 4 ou 5% de dízimo dos fiéis.

O príncipe, como pessoa secular, líder de uma nação, poderia acumular dinheiro, “pois o que um príncipe acumula, ele não o acumula para si próprio, mas como pessoa pública, sim, como pai comum do país inteiro” (LUTERO, 1995c, p. 436). Se não fosse assim, toda a nação passaria por dificuldades. Dessa forma, cada cidade deveria acumular o máximo possível visando as necessidades dos cidadãos. Semelhantemente, a Igreja deveria também preocupar-se com os pobres; então, Lutero recorre às autoridades seculares a fim de organizar o patrimônio eclesiástico. O Conselho de Wittenberg publicou, em 1523, o Estatuto da Bolsa Comunitária, que tinha como objetivo arrecadar proventos para os necessitados da cidade. A ideia era que cada cidade deveria cuidar de seus pobres, assim, o coletivo era responsável pelos necessitados. Em 1522, com maiores dimensões, seria criado o Estatuto da Caixa Comunitária, onde cada cidade poderia organizar seu estatuto de acordo com suas especificidades. Alguns estatutos mais conhecidos foram das seguintes cidades: Magdeburgo, Stralsung, Königsberg, Breslau, Plauen, Nürnberg, Zwickau e Leisnig.

No início do Estatuto da cidade de Leisnig, para o qual Lutero escreve o prefácio, ficaria registrado como objetivo: “o patrimônio e as reservas da caixa comunitária consistirão dos seguintes itens: juros, propriedades, direitos, dinheiro, bens, tudo junto, [o que foi] arrecadado e coletado, [deve] ser doado e permanecer incorporado para sempre” (LUTERO, 2000, p. 52). Já na parte final do Estatuto, ficariam especificados os gastos que teriam como fonte pagadora a caixa comunitária: a) gastos com o ministério pastoral; b) gastos com a sacristania; c) gastos com a educação escolar; d) gastos com os inválidos e idosos pobres; e) gastos previstos com o sustento de órfãos e crianças pobres; f) gastos previstos com pobres residentes; g) gastos previstos com estranhos imigrados; h) gastos com a conservação e construção de prédios; e i) gastos com a compra de cereais para o estoque comunitário (LUTERO, 2000, p. 58-62).

Acerca dos gastos com o ministério pastoral, o Estatuto sublinha:

Nosso cura d’almas ou pastor, chamado e eleito de comum acordo, bem como nosso pregador, chamado por nós para assistir o pastor (mas que também deve ter a capacidade e o conhecimento necessário para exercer o ministério e a pregação da Palavra, ao lado de outras tarefas pertinentes) e, caso necessário, também um capelão, devem ser providos pelos dez administradores e mediante resolução unânime da assembleia [sic], de determinada soma de dinheiro, de certa quantidade de mantimentos e do usufruto de terras e bens, a fim de cobrirem adequadamente suas necessidades e seu sustento. Essas provisões devem ser fornecidas anualmente em quatro parcelas, sempre no primeiro dia de cada trimestre, por conta da caixa comunitária, mediante a devida quitação. Com essa anuidade, provisões e utilidades para sua subsistência, devem dar-se por satisfeitos e, sob nenhum pretexto, solicitar ou aceitar algo mais dos membros de nossa paróquia, exceto presentes e doações não solicitados, feitos livre e espontaneamente. Devem, antes, nesse ponto e, também, no exercício do ministério pastoral, ater-se à ordem e às instituições dos divinos doutores das Escrituras. Essas disposições devem ficar guardadas em nossa caixa comunitária e divulgadas e promovidas dominicalmente com afinco pelos dez administradores, para que o ministério pastoral não sofra demérito (LUTERO, 2000, p. 58)

É possível compreender, através da descrição relativas aos gastos com o ministério pastoral, que os recursos da Igreja local não deviam ficar sob a responsabilidade dos ministros cristãos — líderes religiosos. Como registra o Estatuto, anualmente eram escolhidos dez administradores da caixa comunitária, contendo a seguinte disposição: “dois membros da nobreza, dois do conselho em exercício, três dentre os cidadãos comuns da cidade e três

camponeses da zona rural” (LUTERO, 2000, p. 54). Além disso, a caixa deveria possuir quatro fechaduras especiais, sendo que cada grupo de administradores — nobreza, conselho, cidadãos e camponeses — ficava responsável por uma chave, ou seja, a caixa comunitária só poderia ser aberta na presença das quatro representações (LUTERO, 2000, p. 55). Como estabelece Lutero (1995a, p. 486), “é proibido aos pastores tornarem-se senhores, visto que todo mundo sabe que nenhum pastor é proprietário de sua paróquia, mas apenas inquilino no patrimônio paroquial”.

As propostas de Lutero não estavam livres de resistência. Logo no início, em Leisnig, o abade do mosteiro de Buch, localizado na zona rural da cidade, apresentou-se de forma desfavorável as novas medidas. De imediato Lutero solicitou a intervenção do príncipe Frederico, o Sábio, embora este nada fez, possivelmente por achar as ideias do reformador democráticas demais (LUTERO, 2000, p. 41). Entretanto, a caixa comunitária foi uma realidade em várias cidades, cujos os nomes já foram citados.

A resistência não ficaria apenas no campo eclesiástico, pois o novo sistema econômico, em fase de expansão, evidenciado principalmente pelas altas taxas de juros empregado pelos banqueiros da época, não deu a devida credibilidade ao apelo de Lutero, nem ao menos quando foi solicitado que diminuíssem as taxas de juros para 5% — as taxas de juros em alguns casos podiam chegar a 50%. Como também afirma Cousins (1996, p. 2), “não é surpresa alguma saber que os príncipes prestaram quase nenhuma atenção aos apelos de Lutero”. Para Lutero, a riqueza é um dom de Deus a serviço do próximo, mas relativo a isso, os poderosos não lhe deram ouvido.

Tudo que foi discutido aqui pode ser resumido na sentença de Walter Benjamin: “Na época da Reforma, o cristianismo não favoreceu o surgimento do capitalismo, mas se transformou no capitalismo” (BENJAMIN, 2013, p. 24). Ele mesmo explica:

No Ocidente, o capitalismo se desenvolveu como parasita do cristianismo – o que precisa ser demonstrado não só com base no calvinismo, mas também com base em todas as demais tendências cristãs ortodoxas -, de tal forma que, no final das contas, sua história é essencialmente a história de seu parasita, ou seja, do capitalismo

(BENJAMIN, 2013, p. 23)

Não é normal ser rico através dos recursos da Igreja local. Caso isso aconteça, é preciso assegurar que tal prática se desvirtua do ideal pregado por Lutero. Muitos líderes vivem vidas

luxuosas enquanto seus dizimistas vivem, muitas vezes, na extrema pobreza. O ministério pastoral, assim, transformou-se em profissão muito rentável e, conseqüentemente, disputada. Hoje torna-se fundamental protestar contra esses homens de negócios.

Considerações finais

Pretendeu-se neste trabalho proporcionar, mesmo que de forma sintética, uma reflexão acerca da compreensão de Lutero sobre a organização econômica das Igrejas locais diante do surgimento de um novo sistema econômico baseado na ganancia por acumular capital financeiro. O reformador vai evidenciar que a sociedade baseada nesse novo sistema econômico transforma um ato de ganância em prática de caridade.

Discordando de concepções individualistas que colocam sobre a pessoa a responsabilidade da prática da esmola, Lutero vai dizer que a Igreja local é responsável pelos pobres da cidade. Assim, mediante sua influência, são criadas as caixas comunitárias, responsáveis pelo pagamento da manutenção do pastor até as necessidades dos miseráveis.

Constatou-se que, por envolver interesses de gente poderosa, as propostas de Lutero sofreram grandes resistências, desde líderes religiosos até líderes políticos e econômicos. Mesmo assim, Lutero insistiu que as Igrejas locais não devem impor valores fixos para os fiéis, pois estes possuem a liberdade de doar conforme suas possibilidades. As Igrejas devem preocupar-se com cumprir os mandamentos de Deus, as questões econômicas devem ser utilizadas para a manutenção da Igreja e sustento dos necessitados, nunca enriquecimento dos líderes. Assim, Lutero solicita que as Igrejas cobrem apenas 4 ou 5% de dízimo dos fiéis, pois, como representante de Cristo na Terra, deveriam ser exemplo para todas as instituições seculares. Seus ideais continuam vivos para todos que se consideram herdeiros da Reforma Protestante alemã.

Referências

BENJAMIN, Walter. *O Capitalismo como religião*. Organização de Michael Löwy. Tradução de Nélío Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis, RJ: Vozes; KOINONIA, 2003.

CAMPOS, Bernardo. *Da Reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja*. Tradução de Walter Altmann. São Leopoldo: Sinodal. 2002.

COUSINS, Peter James. *Lutero e os Pobres*. 1996. Disponível em: <<https://docs15.minhateca.com.br/216022969,BR,0,0,Peter-Cousins---Lutero-e-os-pobres.doc>>. Acesso em: 08 outubro 2017.

GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. Tradução de Gérson Dudus e Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 1993.

LUTERO, Martinho. Aos Pastores, para que Preguem Contra a Usura. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo-Porto Alegre: Sinodal-Concórdia, vol. 5, 1995a, p. 446-493.

_____. Comércio e Usura. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo-Porto Alegre: Sinodal-Concórdia, vol. 5, 1995b, p. 446-493.

_____. Estatuto para uma Caixa Comunitária: orientações sobre como lidar com o patrimônio eclesiástico. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo-Porto Alegre: Sinodal-Concórdia, vol. 7, 2000, p. 37-64.

_____. Prédicas Semanais sobre Mateus 5-7. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo-Porto Alegre: Sinodal-Concórdia, vol. 5, 1995c, p. 429-445.

_____. Sobre a Usura. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo-Porto Alegre: Sinodal-Concórdia, vol. 5, 1995d, p. 399-428.

OLSON, Roger E. *História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas*. São Paulo: Editora Vida, 2001.

SIMON, Edith. *A Reforma*. Biblioteca de História Universal Life. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 19--?.

SUNG, Jung Mo. Lutero, a crítica da idolatria do dinheiro e a dialética do possível. *Estudo de Religião*, v. 30, n. 2, 2016, p. 21-39.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.